



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL

Parecer nº 133/2014-PG

Assunto: Análise do PELOM 1/2014 – Sessões comunitárias.

Referência: Pedido verbal/ informal do Procurador-Geral.

Interessado(s): Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Ementa: Direito Constitucional. Organização dos Poderes. Atribuição fiscalizatória do Poder Legislativo Municipal. Lei Orgânica. Sessões Comunitárias. Alterações. Possibilidade. Constitucionalidade.

I. Relatório

1. Trata-se de estudo e parecer jurídico acerca da constitucionalidade e da legalidade (ou não) do PELOM supra referido.
2. Atendidos os requisitos regimentais, encontra-se a proposição em condições de análise. É o que basta relatar. Passo a fundamentar.

II. Fundamentação jurídica

3. O Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal em tela visa adequar as sessões comunitárias aos anseios da população.
4. A proposição está em consonância com a Constituição da República, Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, LOM – Lei Orgânica Municipal, especialmente com relação ao Art. 37, Parágrafo único (subscrição por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara).

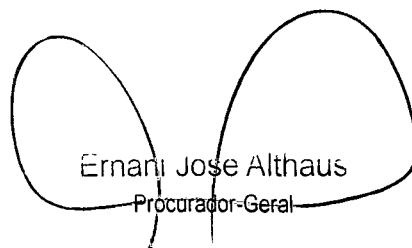
III. Conclusão

5. Diante da argumentação exposta, quanto ao aspecto jurídico, entendo ser o PELOM 1/2014 constitucional e legal.

É o parecer que submeto à consideração.

Novo Hamburgo/ RS, 3 de dezembro de 2014.


Fernando Mizerski
Procurador


Ernani Jose Althaus
Procurador-Geral